

**Demonstrações financeiras do exercício findo
em 31 de dezembro de 2023 e de 2022**

Sumário

Demonstrações financeiras

Relatório da Administração	2
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	24

Relatório da Administração 2023

Prezados associados,

Nos termos das disposições estatutárias, legais e regulatórias submetemos à apreciação dos senhores associados as informações da empresa Vida Top Mais Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda, registrada na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o nº 422835, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos auditores independentes sobre as referidas demonstrações, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Apresentação

O Relatório Administrativo da Vida Top Mais Saúde apresenta aos associados, de maneira clara e objetiva, detalhes sobre sua forma de atuação, dados econômico-financeiros e uma visão geral da atuação da gestão.

Contexto Operacional

A Vida Top Mais Saúde constitui-se como uma entidade focada na comercialização de planos de assistência médica privada em específicos municípios (grupos), abarcando também a gestão de serviços de saúde, tal como estabelecido no artigo 34 da Lei 9656/98.

Cenário Macro

O cenário dos planos de saúde no Brasil vem passando por mudanças significativas, impactadas por fatores econômicos, regulatórios e de mercado. Em 2024, dados indicam uma contínua necessidade de adaptação dos planos de saúde para atender às exigências do consumidor e às normativas governamentais.

A Operadora Vida Top Mais Saúde tem dedicado esforços ao ajuste de táticas de mercado visando sua afirmação no setor de assistência médica, priorizando a comercialização de planos coletivos para empresas.

Estratégia e operação

Acreditando no seu modelo de negócio, baseado na prática do cuidado coordenado, automatização de processos, otimização de fluxos e retenção dos talentos, a Vida Top concentra seus esforços na conquista de parcerias com órgãos públicos e entidades privadas de Bauru e microregião, um mercado com alto potencial.

Estamos sempre empenhados na padronização de procedimentos para otimizar as atividades cotidianas, estruturando e aumentando o domínio sobre as práticas administrativas, financeiras e de gestão, reduzindo o retrabalho e efetivando a agilidade operacional.

A estratégia comercial trabalha com metas realistas e está alinhada com o momento atual da empresa, o modelo de negócio, e integrada ao planejamento estratégico geral.

A Operadora acredita no ciclo contínuo de avaliação e ajustes para garantir que a empresa permaneça relevante e competitiva. O sucesso nesta área não é apenas sobre vender mais, mas sobre construir relacionamentos duradouros com os clientes e criar um forte posicionamento da marca no mercado.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa profunda gratidão pelo suporte e cooperação recebidos de parceiros, consumidores, equipe, fornecedores e da comunidade em geral, pelos êxitos obtidos até o momento.

A ADMINISTRAÇÃO

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Balancos patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 Em reais

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante		6.914.961	2.634.637	Circulante		2.004.950	243.296
Disponível		2.981.644	1.175.263	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	1.709.618	93.337
Realizável		3.933.317	1.459.374	Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG		55.671	-
Aplicações Financeiras	5	2.385.227	1.368.007	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		42.505	-
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		1.431.700	408.342	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		1.023.387	64.290
Aplicações Livres		953.527	959.665	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		588.055	29.047
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	1.206.804	34.365	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	10	79.213	14.789
Contraprestações pecuniárias a receber		1.105.783	20.953	Débitos Diversos	11	216.119	135.170
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis		101.021	13.412	Patrimônio líquido	13	5.404.392	2.913.652
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		-	8.259	Capital social integralizado		3.800.000	3.800.000
Créditos Tributários e Previdenciários		230.122	20.433	Adiantamento para futuro aumento de capital		1.600.000	-
Bens e títulos a receber		69.429	12.503	Lucros (prejuízos) acumulados		4.392	(886.348)
Despesas Antecipadas		41.735	15.807				
Não circulante		494.381	522.311				
Aplicações Livres		93.055					
Imobilizado	7	70.497	84.129				
Imobilizado de Uso Próprio		70.497	84.129				
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		70.497	84.129				
Intangível	8	330.829	438.182				
Total do ativo		7.409.342	3.156.948	Total do passivo e do patrimônio líquido		7.409.342	3.156.948

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Nota	2023	2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		6.791.168	458.053
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		7.062.033	482.130
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		7.062.033	482.130
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(270.865)	(24.077)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	14	(3.928.332)	(155.747)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(3.369.324)	(126.700)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(559.008)	(29.047)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		2.862.836	302.306
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		20.382	6.460
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(37.842)	(1.831)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(12.184)	(895)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(25.658)	(936)
Resultado bruto		2.845.376	306.935
Despesas de Comercialização		(276.186)	(26.894)
Despesas Administrativas	15	(1.671.517)	(1.235.438)
Resultado Financeiro Líquido	16	244.410	112.802
Receitas Financeiras		249.417	113.809
Despesas Financeiras		(5.007)	(1.007)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações		1.142.083	(842.595)
Imposto de Renda		(177.703)	-
Contribuição Social		(73.640)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		890.740	(842.595)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	890.740	(842.595)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>890.740</u>	<u>(842.595)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.500.000	-	(43.753)	2.456.247
Integralização de capital	1.300.000	-	-	1.300.000
Prejuízo do exercício	-	-	(842.595)	(842.595)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.800.000	-	(886.348)	2.913.652
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.600.000	-	1.600.000
Lucro líquido do exercício	-	-	890.740	890.740
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.800.000	1.600.000	4.392	5.404.392

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	6.421.558	665.689
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	120.091	44.012
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	5.772	17.656
(+) Outros Recebimentos Operacionais	18.879	-
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(3.001.877)	(299.824)
(-) Pagamento de Comissões	(276.186)	-
(-) Pagamento de Pessoal	(181.997)	(89.183)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(14.488)	-
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(601.720)	(407.163)
(-) Pagamento de Tributos	(716.720)	(115.138)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	-	-
(-) Pagamento de Aluguel	(22.049)	(10.444)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(32.547)	(9.593)
(-) Aplicações Financeiras	(1.025.966)	(436.195)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(688.806)	(435.412)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>3.944</u>	<u>(1.075.595)</u>
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	-	-
(+) Recebimento de Dividendos	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(2.716)	(528.612)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	-
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(2.716)</u>	<u>(528.612)</u>
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	1.600.000	1.300.000
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	-
(+) Títulos Descontados	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	236.559	445
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(31.406)	(994)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>1.805.153</u>	<u>1.299.451</u>
Variação líquida do caixa	<u>1.806.381</u>	<u>(304.756)</u>
Caixa – Saldo Inicial	<u>1.175.263</u>	<u>1.480.019</u>
Caixa - Saldo Final	<u>2.981.644</u>	<u>1.175.263</u>
Variação líquida do caixa	<u>1.806.381</u>	<u>(304.756)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

1 Contexto operacional

A Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., constituída em 9 de fevereiro de 2021 sob a forma de sociedade limitada para sociedade limitada unipessoal, tem sua sede instalada na cidade de Bauru, estado de São Paulo. Tem como objeto social a comercialização, em todo o território nacional, de planos de saúde privados, incluindo a prestação de serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de planos privados de assistência à saúde, em atendimento ao disposto no art. 34 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

Como operadora de planos de assistência à saúde, a Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., encontra-se registrada na ANS, sob o nº 422835.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Empresa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 23 de fevereiro de 2024.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Empresa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 7** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 8** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;

- **Nota explicativa nº 9** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS; e

4 Políticas contábeis materiais

A Operadora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Além disso, a Operadora adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas/principais”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 em determinados casos.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Empresa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Empresa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações resgatáveis acima de 1 ano, estão classificadas no não circulante, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Empresa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e.4 CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 R2 (IFRS 16) por meio da RN 528, de 29 de abril de 2022, introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Arrendamentos que representam isenções no reconhecimento

A Operadora aplica isenções de reconhecimento para o arrendamento de curto prazo e arrendamento para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Estes arrendamentos incluem essencialmente contratos de comodatos e de licenças de softwares. Para estes arrendamentos, as despesas de locação são reconhecidas de forma linear, quando incorridas.

f Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor

que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

h Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

h.1 Provisão de prêmio / contraprestação não ganha – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido.

h.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

h.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

h.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022, a Operadora deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados.

i Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k Capital social

As cotas do capital são classificadas como patrimônio líquido.

l Apuração do resultado

As receitas, despesas e custos são registrados conforme o regime de competência dos exercícios.

m Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

n Reconhecimento de receita CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substitui o IAS 18/CPC 30 – Receitas, IAS 11/CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Introduzida pela Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022, a aplicação do CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2022, a Operadora avaliou os impactos, e para atender o novo pronunciamento, a ANS modificou o plano de contas, modificando assim a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.

o Lucro líquido por cota

O lucro líquido por quota é calculado dividindo-se o lucro pelo número de quotas nominativas em poder dos quotistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2023	2022
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
Fundos de investimento XP ANS Multimercado	1.431.700	408.342
	1.431.700	408.342
Aplicações livres		
Fundos de investimento XP	-	959.665
Títulos de renda fixa	953.527	-
	953.527	959.665
	2.385.227	1.368.007

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS de acordo com a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2023	2022
Contraprestações pecuniárias		
Plano coletivo	1.129.950	21.889
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(24.166)	(936)
	1.105.784	20.953
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	103.448	13.412
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(2.428)	-
	101.020	13.412
	1.206.804	34.365

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2023				2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	5.563	(1.141)	4.422	4.977	4.977	4.977
Móveis e utensílios	10%	36.300	(7.545)	28.755	32.385	32.385	32.385
Computadores e periféricos	20%	62.452	(25.132)	37.320	46.767	46.767	46.767
		104.315	(33.818)	70.497	84.129	84.129	84.129

A Administração da Empresa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2023, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	01/01/2022	Aquisição	31/12/2022	Aquisição	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	3.700	1.863	5.563	-	5.563
Móveis e utensílios	36.300	-	36.300	-	36.300
Computadores e periféricos	59.727	-	59.727	2.725	62.452
	99.727	1.863	101.590	2.725	104.315

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	01/01/2022	Adição	31/12/2022	Adição	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(31)	(555)	(586)	(555)	(1.141)
Móveis e utensílios	(290)	(3.625)	(3.915)	(3.630)	(7.545)
Computadores e periféricos	(1.015)	(11.945)	(12.960)	(12.172)	(25.132)
	(1.336)	(16.125)	(17.461)	(16.357)	(33.818)

8 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de amortização	2023		2022	
		Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Software	20%	536.767	(205.938)	330.829	438.182

b Movimentação do intangível

<u>Descrição</u>	<u>01/01/2022</u>	<u>Aquisição/ Adição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Aquisição/ Adição</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo histórico	517.142	19.625	536.767	-	536.767
(-) Amortização acumulada	(170)	(98.415)	(98.585)	(107.353)	(205.938)
	516.972	(78.790)	438.182	(107.353)	330.829

9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (i)		
Plano empresarial/coletivo	55.671	-
	55.671	-
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)		
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	42.505	-
	42.505	-
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)		
Rede credenciada	1.023.387	64.290
	1.023.387	64.290
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA	588.055	29.047
	588.055	29.047
	1.709.618	93.337

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Controladora possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) Provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: refere-se as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos credenciados efetuados para a Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.

(iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Controladora por falta de avisos.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022:

- Capital Base (CB): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 11.226.993 para 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10.883.087 em 2022), multiplicado pelo fator $K=18,06\%$ que equivale a R\$ 2.027.595 (R\$ 1.965.486 em 2022); e
- Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): é apurado mensalmente a partir dos valores contabilizados como Patrimônio Líquido ou Social da operadora com os ajustes por efeitos econômicos. O exercício de 2023 encerrou com saldo apurado de R\$ 5.031.828 (R\$ 1.954.608 em 2022) e:

Em 2022, a Operadora realizou a apuração da margem de solvência, que determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada para 2022 foi de R\$ 82.386 e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS foi de R\$ 1.954.608 em 31 de dezembro de 2022.

Em 19 de dezembro de 2022 foi publicada a Resolução Normativa nº 569 (com vigor a partir de 1º de janeiro de 2023), que trata dos critérios para definição do Capital Baseado em Riscos (CBR), regra de capital que extingue a Margem de Solvência e que define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão cálculo estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

O Capital Baseado em Riscos (CBR) apresentada em 2023 foi de R\$ 1.279.465 e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 5.031.828, estando suficiente em R\$ 3.752.363, ou seja, 393,28%.

10 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2023	2022
IRPJ	811	-
CSLL	6.785	-
ISS	18.443	1.078
Contribuições previdenciárias	8.474	3.494
FGTS	1.567	975
COFINS e PIS	791	-
IRRF - Funcionários	1.039	562
IRRF - Terceiros	2.010	718
ISSQN	29.110	3.138
Cont. prev. retidas de terceiros	1.331	1.269
Imposto único fonte	8.852	3.555
	<u>79.213</u>	<u>14.789</u>

11 Débitos diversos

Descrição	2023	2022
Fornecedores	184.827	118.252
Obrigações com pessoal	31.292	16.918
	216.119	135.170

12 Passivos contingentes

A Empresa não possui processos em discussão até o encerramento do exercício.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

Composto por 3.800.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado. O lucro por cota em 2023 é de R\$ 0,23 (R\$ 0,22 de prejuízo em 2022).

b Lucros (prejuízos) acumulados

Refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados. Tem a finalidade de capitalização da Operadora para futuras destinações, conforme contrato social, legislação pertinente e deliberação dos cotistas.

14 Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos

Descrição	2023	2022
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(259.541)	(21.531)
Exames	(403.582)	(11.277)
Terapias	(17.740)	(307)
Internações	(1.685.283)	(49.061)
Outros atendimentos ambulatoriais	(998.521)	(44.524)
Demais despesas médico hospitalares	(4.657)	-
	(3.369.324)	(126.700)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA		
Varição da PEONA	(559.008)	(29.047)
	(559.008)	(29.047)
	(3.928.332)	(155.747)

15 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2023	2022
Pessoal	(300.104)	(148.546)
Serviços de terceiros	(817.502)	(624.506)
Localização e funcionamento	(490.658)	(420.872)
Publicidade e propaganda	(37.727)	(10.399)
Tributos	(2.663)	(8.545)
Despesa com multa administrativa	-	(153)
Diversas	(22.863)	(22.417)
	<u>(1.671.517)</u>	<u>(1.235.438)</u>

16 Resultado financeiro líquido

Descrição	2023	2022
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	229.072	94.860
Juros recebidos	6.294	-
Outras receitas financeiras	14.051	18.949
	<u>249.417</u>	<u>113.809</u>
Dispêndios financeiros		
Despesas financeiras diversas	(5.007)	(1.007)
	<u>(5.007)</u>	<u>(1.007)</u>
	<u>244.410</u>	<u>112.802</u>

17 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios de 2023 e 2022, não ocorreram transações com partes relacionadas.

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

18.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos

financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Empresa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Empresa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Empresa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Empresa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Empresa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Empresa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponível	5	2.981.644	1.175.263
Aplicações financeiras	6	2.385.227	1.368.007
		<u>5.366.871</u>	<u>2.543.270</u>

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Empresa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

18.3 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui, aproximadamente, 72% (81% em 2022) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

19 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

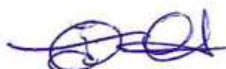
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	890.740	(842.595)
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	123.710	114.540
Partes relacionadas	-	507.142
Variação das provisões técnicas	559.008	29.047
Outros ajustes	(205.162)	531
	<u>1.368.296</u>	<u>(191.335)</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(1.023.358)	473.023
Aplicações livres	(86.917)	(959.665)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.164.180)	(34.365)
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	-	(8.259)
Créditos tributários e previdenciários	(209.689)	(16.531)
Bens e títulos a receber	(56.926)	(12.503)
Despesas antecipadas	(25.928)	(5.449)
	<u>(2.566.998)</u>	<u>(563.749)</u>
Aumento (redução) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	1.057.273	64.290
Tributos e encargos sociais a recolher	64.424	11.363
Débitos diversos	80.949	(396.164)
	<u>1.202.646</u>	<u>(320.511)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>3.944</u>	<u>(1.075.595)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>3.944</u>	<u>(1.075.595)</u>

20 Cobertura de seguro

A Administração da Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Enidêlio de Jesus Sartori
 Diretor Administrativo
 CPF nº 0001.887.028-73



Emerson Luiz Cardia de Campos
 Diretor Técnico Administrativo
 CPF nº 137.238.858-37



Cristina A Felix Bueno
 Contadora CRC 1SP 146902/O-2



MOORE

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Quotistas e Administradores da
Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.
Bauru SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de fevereiro de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8